



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 105/2015** **(Autoria dos Deputados Felipe Francischini e Rasca Rodrigues)**

Instituição do Dia Estadual do *Skate* e da  
Semana Estadual de Fomento ao *Skate* no  
Estado do Paraná.

**Art. 1º** Institui o Dia Estadual do *Skate*, a ser comemorado anualmente em 21 de junho.

**Art. 2º** Na semana do dia 21 de junho será celebrada a Semana Estadual de Fomento ao *Skate*, que terá caráter de evento oficial, objetivando as diversas modalidades do esporte, que juntos concentram esforços no desenvolvimento de ações e campanhas que esclareçam sobre a importância de sua prática.

**Art. 3º** As datas ora instituídas passam integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

**Art. 4º** Na semana estipulada serão desenvolvidas atividades, ações e campanhas que esclareçam sobre a importância da prática esportiva, as quais consistirão em:

I – estímulo da prática esportiva do *skate*;

II – realização de atividades educativas e recreativas em espaços públicos e privados, desde que devidamente autorizadas;

III – realização de atividades respeitando o cronograma definido por seus organizadores, e obedecendo aos princípios éticos e morais;

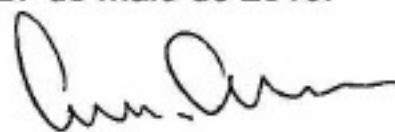
IV – distribuição de *folders*, cartazes e adesivos, assim como realização de palestras, peças teatrais e demais eventos culturais que se fizerem necessários, na forma estabelecida pela legislação em vigor.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

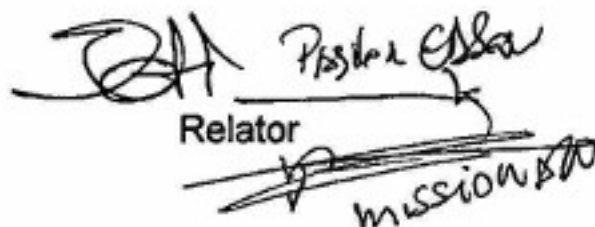
Sala das Comissões, 27 de maio de 2015.



Alexandre Curi



ALEXANDRE CURI  
Presidente



Pastor Eder  
Relator  
missionário



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto de Resolução nº 11/2015**

Alteração do Anexo da Resolução nº  
1, de 1º de março de 2005 -  
Regimento Interno da Assembleia  
Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 1º O inciso XIV do art. 30 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Anexo da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

XIV – Comissão da Indústria, Comércio, Emprego e Renda;

2º O art. 33M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 33M. Compete à Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria, comércio, emprego e renda.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2015.

ALEXANDRE CURI  
Presidente

Relator Pastor Ezequiel

Wilson Nery



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

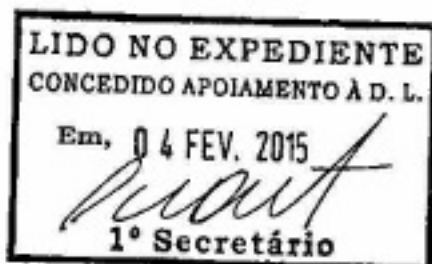
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI

61/15



**SÚMULA:** Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Cavalcada Internacional da Mulher", realizada anualmente na semana do dia 08 de março, no Município de Campina Grande do Sul.


A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Cavalcada Internacional da Mulher", realizada anualmente na semana do dia 08 de março, no Município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de fevereiro de 2015.

  
PROFESSOR LEMOS  
Deputado Estadual



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



## JUSTIFICATIVA

A Cavalgada Internacional da Mulher de Campina Grande do Sul, foi idealizada por mulheres que participavam de outras cavalgadas realizadas no município e região. Ao perceber o grande número de mulheres nestes eventos sentiram a necessidade de fazer uma Cavalgada para elas. A data escolhida foi para homenagear o Dia Internacional da Mulher.

O evento é organizado pela Associação de Eventos Equestres - ARTC-CAVALGADAS. Em sua primeira edição, foi um sucesso. Uma das maiores cavalgadas da região com grande número de mulheres participando. Mas a cavalgada não se limita exclusivamente para mulheres, por ser tradicionalmente um ambiente masculino, eles também são bem vindos, e ajudam e acompanham.

Os números da primeira Cavalgada Internacional da Mulher são expressivos, realizada no dia 09 de março de 2014, contou com a presença de 345 participantes, sendo que 253 eram mulheres. Houve várias homenagens às mulheres como a cavaleira mais nova, à cavaleira mais idosa, etc.

Para incentivar ainda mais a Cavalgada Internacional da Mulher e fazer com que o Poder Público valorize e contribua nesse importante evento, é que propomos o Projeto de Lei em tela, no sentido de inseri-lo no Calendário Oficial do Estado do Paraná.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 61/2015**

Projeto de Lei nº. 61/2015

Autor: Deputado Professor Lemos.

Relator: Péricles de Mello

Súmula: Insere no Calendário Oficial do estado do Paraná a "Cavalgada Internacional da Mulher", realizada anualmente na semana do dia 08 de março, no Município de Campina Grande do Sul.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A CAVALGADA INTERNACIONAL DA MULHER. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o evento "Cavalgada Internacional da Mulher", a ser realizado anualmente no dia 08 de março no Município de Campina Grande do Sul.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



aos cidadãos, na forma e nos casos  
previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da  
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos  
projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a  
qualquer membro da Assembléia, ao  
Governador, dos Tribunais e ao Ministério  
Público, que poderão solicitar o seu  
arquivamento ou a sua restituição, em  
qualquer fase de sua tramitação. (grifo  
nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos,  
ressalvada a competência exclusiva do  
Governador, dos Tribunais e do Ministério  
Público, terão origem na Assembléia, sob a  
iniciativa de qualquer Deputado ou  
Comissão.**

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215,  
caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos  
direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

*[Handwritten signature]*  
S. Canavara

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

*[Handwritten signature]*  
DEP. NELSON JUSTUS  
Presidente

*[Handwritten signature]*  
Limpul  
Luna do Cardo

*[Handwritten signature]*  
DEP. PÉRICLES DE MELLO

Relator

*[Handwritten signature]*  
Guilherme Silva

*[Handwritten signature]*  
Lupion

Pericles

*[Handwritten signature]*